

Arcoverde  
Transmissão de  
Energia S.A.

**Demonstrações Financeiras  
em 31 de dezembro de 2020**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado do exercício</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos diretores e acionistas da Arcoverde Transmissão de Energia S.A.**

*Rio de Janeiro - RJ*

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Mensuração do ativo de contrato e da receita de contrato com clientes

Veja a Nota 8 das demonstrações financeiras

### Principais assuntos de auditoria

Conforme os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica, a Companhia é responsável pela construção da infraestrutura de transmissão para transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

De acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, a Companhia reconhece: (i) um ativo de contrato a medida em que são concluídas as obrigações de desempenho relacionadas a construção da infraestrutura, (ii) receita de operação e manutenção para o cumprimento das obrigações de performance de operar e manter o ativo previstas no contrato de concessão e (iii) receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, a partir da entrada em operação, utilizando a taxa de desconto definida no início do projeto.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas, tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção e taxa de financiamento.

Devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas na estimativa dos ativos de contrato, das receitas de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração possuírem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria.

### Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) a leitura do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato;
- (ii) a verificação, com apoio de especialistas em finanças corporativas: (a) se a metodologia de avaliação foi elaborada de forma consistente com as práticas normalmente utilizadas para determinar os fluxos de caixa e a taxa de financiamento; (b) se as premissas (taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento) estão fundamentadas em dados históricos e/ou mercado e com os orçamentos aprovado pela Companhia; e (c) se os cálculos matemáticos para determinar os valores das estimativas estão adequados.
- (iii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que a estimativa do ativo de contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração, bem como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### Outros assuntos

#### Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 31 de março de 2020, sem modificação.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

  
Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

# Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*Em milhares de reais*

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	12.654	5.237
Concessionárias e permissionárias	6	2.357	2.570
Tributos e contribuições a compensar	7	921	2.168
Prêmios de seguro		-	191
Ativo de contrato	10	31.240	27.768
Adiantamentos diversos	9	-	69
Total do ativo circulante		<u>47.172</u>	<u>38.003</u>
<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais		82	-
Tributos e contribuições a compensar	7	1.745	-
Títulos e valores mobiliários	8	3.133	2.909
Prêmios de seguro		-	137
Ativo de contrato	10	252.762	234.917
Total do ativo não-circulante		<u>257.722</u>	<u>237.963</u>
<b>Total do ativo</b>		<u>304.894</u>	<u>275.966</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*Em milhares de reais*

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	11	554	265
Empréstimos e debêntures	12	12.589	3.777
Tributos e encargos sociais a recolher	13	910	76
Impostos diferidos	14	-	2.569
Dividendos e Juros sobre capital próprio	15	1.285	3.381
Encargos Setoriais		155	187
Outros passivos circulantes		5	5
Total do passivo circulante		<u>15.498</u>	<u>10.259</u>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e debêntures	12	162.446	156.890
Impostos renda e contribuição social diferidos	14	23.277	37.208
PIS e COFINS diferidos	14	29.383	
Total do passivo não circulante		<u>215.106</u>	<u>194.098</u>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	15	65.070	65.070
Reservas de lucro	15	9.220	6.539
Total do patrimônio líquido		<u>74.290</u>	<u>71.609</u>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>304.894</u></u>	<u><u>275.966</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.



# Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*Em milhares de reais*

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita operacional líquida</b>	17	<u>44.569</u>	<u>90.541</u>
Custo de Construção	18	(537)	(52.236)
Custo de operação e manutenção	18	<u>(3.693)</u>	<u>(1.551)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>40.339</u>	<u>36.754</u>
Despesas gerais	19	<u>(2.432)</u>	<u>(4.701)</u>
<b>Lucro antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos</b>		<u>37.907</u>	<u>32.053</u>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	20	426	986
(-) Despesa financeira	20	<u>(14.622)</u>	<u>(13.746)</u>
		<b>(14.196)</b>	<b>(12.760)</b>
<b>lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<u>23.711</u>	<u>19.293</u>
Imposto de renda e contribuição sociais diferidos	17	<u>(10.839)</u>	<u>(5.478)</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>12.872</u>	<u>13.815</u>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<u>0,197818</u>	<u>0,212264</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*Em milhares de reais*

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	12.872	13.815
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>12.872</u></b>	<b><u>13.815</u></b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*Em milhares de reais*

	Capital subscrito	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	lucro acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>65.000</b>	<b>1.965</b>	<b>11.720</b>	<b>-</b>	<b>78.685</b>
Lucro do exercício	-	-	-	13.815	13.815
Aumento de capital	70	-	-	-	70
Constituição da reserva de lucros	-	-	4.077	(4.077)	-
Constituição da reserva legal	-	497	-	(497)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	(11.720)	(5.375)	(20.961)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(3.866)	(3.866)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>65.070</b>	<b>2.462</b>	<b>4.077</b>	<b>-</b>	<b>71.609</b>
Lucro do exercício	-	-	-	12.872	12.872
Constituição da reserva de lucros	-	-	6.113	(6.113)	-
Constituição da reserva legal	-	645	-	(645)	-
Dividendos Intercalares	-	-	(4.077)	(6.401)	(10.478)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	287	287
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>65.070</b>	<b>3.107</b>	<b>6.113</b>	<b>-</b>	<b>74.290</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

*Em milhares de reais*

<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>23.711</u>	<u>19.292</u>
Encargos s/ empréstimos e debêntures	14.586	13.464
PIS e COFINS diferidos	3.590	10.870
Baixa do imobilizado e intangível	-	144
imposto de renda e contribuição social diferidos	10.839	105
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>		
Contas a receber	213	(2.570)
Impostos a recuperar	(498)	(2.163)
Outros ativos	328	39
Adiantamento a fornecedores	69	18.848
Despesas pagas antecipadamente	191	147
Ativo de contrato	(21.316)	(83.687)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>		
Fornecedores	289	(38.660)
Tributos e contribuições	(12.884)	(2.011)
Obrigações sociais e previdenciárias	-	(2.083)
Outras obrigações	-	5
Encargos regulatórios	(32)	187
Imposto de renda pago sobre JSCP	138	(580)
Caixa gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	<u>19.224</u>	<u>(68.652)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Títulos e valores mobiliários	<u>224</u>	<u>(2.908)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento	<u>224</u>	<u>(2.908)</u>
<b>Fluxo de caixa das líquido originado das atividades de financiamento</b>		
Captação empréstimo	-	217.577
Amortização de principal empréstimos e financiamentos	(615)	(130.000)
Pagamentos de juros empréstimos e financiamentos	(3.993)	(9.274)
Aumento de capital	-	70
Dividendos pagos	(7.423)	(17.000)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>(12.031)</u>	<u>61.373</u>
<b>Aumento (diminuição) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>7.417</u>	<u>(10.187)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.237	15.424
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<b>12.654</b>	<b>5.237</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>7.417</u>	<u>(10.187)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

#### **1.1 Objeto social**

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), foi constituída em 26 de maio de 2017 e é uma sociedade anônima de capital fechado, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

Até 13 de março de 2020 a Companhia foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Posteriormente a essa data efetivou-se a alteração societária de controle de empresa concessionária do serviço público de transmissão, com a formalização dos devidos documentos, no qual transfere as ações do Grupo Sterlite para V2i Energia S.A, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

A Companhia alterou sua sede da Avenida Dr. Cardoso de Melo, nº 1.308 – 8º andar, na Cidade do São Paulo, Estado de São Paulo, para a Rua Avenida Pasteur, 110 – 9º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado Rio de Janeiro no dia 16 de junho de 2020.

#### **1.2 Concessão**

Em 24 de abril de 2017, a Arcoverde sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL nº 005/2016 realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica. O contrato de concessão nº 35/2017 foi assinado em 11 de agosto de 2017, e apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente, e assegura Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação comercial.

O projeto da Companhia consiste na implantação e exploração do empreendimento composto pelas seguintes instalações de transmissão de energia no estado de Pernambuco:

- (i) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50 km;
- (ii) Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km;
- (iii) Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA;

- (iv) Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado do Ceará, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e
- (v) Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

### **1.3 Receita Anual Permitida - RAP**

O contrato de concessão assegura Receita Anual Permitida - RAP no montante R\$ 24.600, a partir da entrada em operação das linhas de transmissão. A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão, bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

### **1.4 Encargos regulamentares**

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

### **1.5 Impactos do COVID 19 (Corona vírus) nos negócios da Companhia**

A Administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID 19 em seus negócios. Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos, divulgados a seguir:

Diante da pandemia reportada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) relacionada à difusão do Covid-19, a Companhia adotou medidas de monitoramento e prevenção a fim de proteger seus colaboradores e comunidades em que atua, visando manter a continuidade operacional de suas linhas de transmissão e usinas, e observando as recomendações das autoridades sanitárias.

Adicionalmente, foram avaliados os possíveis impactos em relação aos saldos contábeis, divulgados a seguir:

A Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem remuneração fixa, tendo em vista seu perfil conservador.

Os negócios da Companhia apresentam receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelos modelos regulatórios dos nossos segmentos de atuação, não apresentando risco de demanda. Desta forma, a administração da Companhia não considera que

exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência do COVID-19 no ano de 2020.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2020 e até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação.

## **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

### **2.1 Base de elaboração e apresentação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 21 de abril de 2021

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, e assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2.2 Moeda funcional e de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

(a) Julgamentos

Julgamentos considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Nota explicativa 14 - Impostos Diferidos: Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido
- Nota explicativa 10 - Ativo de Contrato: Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

(b) Estimativas e Premissas

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: critério de apuração e remuneração do ativo de contrato, além da análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperada. As estimativas significativas são revistas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente.

### **3 Principais práticas contábeis**

#### **3.1 Instrumentos financeiros**

##### ***a. Ativos financeiros***

##### ***(i) Classificação e mensuração***

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

##### **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

##### **Custo amortizado**

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto



para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(ii) *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)*

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(iii) *Baixa de ativos financeiros*

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

**b. Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**3.2 Caixa e equivalente de caixa**

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

**3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual**

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente – Outorgante) e a ARCOVERDE regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui como obrigação de desempenho construir, manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essa obrigação de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente, que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

Com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47 / IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nesta norma. Com

isso, as contraprestações passam a ser classificadas como uma “Concessão do serviço público (ativo contratual)”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- (i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo contratual, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- (i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à Remuneração Anual Permitida (RAP) durante o prazo de concessão. Os valores da RAP garantidas são determinados pelo Operador Nacional do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo de concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, a receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

### **3.4 Demais ativos circulantes e não circulantes**

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos

futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.5 Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

### **3.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

### **3.7 Dividendos**

A política de reconhecimento de dividendos está em conformidade com o CPC 24 e ICPC 08 (R1), que determinam que os dividendos propostos que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante. O estatuto da Companhia estabelece um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela constituição de reserva legal.

### **3.8 Contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a operação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

### **3.9 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

### **3.10 Reconhecimento de receita**

As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos: Receita de Construção, Receita de Operação e Manutenção e Receita de Remuneração sobre ativo contratual, conforme detalhado na nota 3.3 Contratos de concessão de serviços públicos – ativo contratual

### **3.11 Despesas operacionais**

As despesas operacionais são reconhecidas e mensuradas de acordo com o regime de competência, apresentadas líquidas dos respectivos créditos de PIS e COFINS quando aplicável. A companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração de Resultado por função, ou seja, segregando entre custos e despesas de acordo com sua origem e função desempenhada, em conformidade com o requerido no artigo 187 da lei 6.404/76. Os gastos realizados para implementação de infraestrutura são reconhecidos como ativo pois resultam em benefícios econômicos futuros.

### **3.12 Imposto de renda e contribuição social**

#### **a. Correntes**

O imposto de renda é apurado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Portanto, a adição ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusão de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos. A companhia não apresenta saldos de tributos correntes.

**b. Diferidos**

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes

**3.13 Impostos sobre a receita**

**a. Impostos sobre serviços**

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso.

**3.14 Despesas e receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

**4 Novas normas e interpretações não efetivas:**

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- Contratos Onerosos (alteração CPC 25/IAS 37)
- Imobilizado: receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26/IAS1)
- Reforma da taxa de juros de referência (alteração ao CPC48/IFRS 9, CPC 08/IAS 39 e CPC40/IFRS7)
- IFRS 17 Contratos de Seguros

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	932	1.338
Aplicações financeiras	<u>11.722</u>	<u>3.899</u>
	<u><b>12.654</b></u>	<u><b>5.237</b></u>

- (i) Aplicações financeiras estão mensurados pelo valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária. As aplicações financeiras são do tipo CDB e compromissadas, mantidas em instituições financeiras de primeira linha, estão remuneradas pela taxa de 90% do CDI. A remuneração em 2019 era de 96% do CDI.

## 6 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2020	31/12/2019
Concessionária e permissionária (a)	<u>2.357</u>	<u>2.570</u>
	<u><b>2.357</b></u>	<u><b>2.570</b></u>

- (a) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$325mil em 05/01/2021, R\$332mil em 15/01/2021, R\$1.367mil em 25/01/2021 e R\$333mil em 05/02/2021.

A administração acredita que não há Perdas de Crédito Esperadas (PCE), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

## 7 Tributos e contribuições a compensar

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda	272	-
Contribuição social	186	15
Imposto de renda retido na fonte	339	267
PIS retido na fonte	22	25
COFINS retido na fonte	102	116
ICMS a recuperar	<u>1.745</u>	<u>1.745</u>
	<u><b>2.666</b></u>	<u><b>2.168</b></u>
Circulante	921	2.168
Não circulante (a)	1.745	-

- (a) Entre os meses de agosto a outubro de 2018, a Companhia efetuou pagamentos em duplicidade ao Estado do Pernambuco referente a notas fiscais de remessa de material. A Companhia ingressou com processo administrativo, solicitando restituição do valor recolhido em duplicidade de R\$ 1.745. Em fevereiro de 2019 o Estado do Pernambuco deferiu o processo, mediante escrituração do valor como crédito fiscal.

## 8 Títulos e valores mobiliários

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações financeiras - conta reserva	<u>3.133</u>	<u>2.908</u>

As aplicações em conta reserva referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB), cuja finalidade é cobrir o principal, juros e outros custos relacionados ao Contrato de Financiamento por Instrumento Particular, número 44.2018.1241.19411.

O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a 2,59% do valor efetivamente desembolsado. Até 31 de dezembro de 2020 o montante desembolsado foi de R\$ 110.891.275.

## 9 Adiantamentos diversos

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos diversos	<u>-</u>	<u>68</u>

Os saldos apresentados em 31 de dezembro de 2019, referem-se principalmente a adiantamento de despesas com viagem de funcionários e recursos liberados aos funcionários da obra e subcontratados, de acordo com as condições contratuais de pagamentos acordados.

## 10 Ativo de contrato

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	262.685	178.998
Aquisição de ativo de concessão	10.789	59.159
Receita de Margem de Construção	362	9.848
Remuneração do ativo de contrato	34.741	31.061
Receita de operação e manutenção	3.614	1.558
(-) Faturamento	<u>(28.189)</u>	<u>(17.939)</u>
	<u>284.002</u>	<u>262.685</u>
Circulante	31.240	27.768
Não circulante	252.762	234.917

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

## 11 Fornecedores

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	<u>554</u>	<u>265</u>

O montante de R\$ 554.195 corresponde a serviços prestados de engenharia, referentes à operação e manutenção da rede, quitados durante o mês de janeiro e fevereiro de 2021.

## 12 Empréstimos e debêntures

Credor	Encargos	Data final	31/12/2020	31/12/2019
2ª Emissão de debêntures (a)	IPCA + 5,02%	15/07/2042	53.121	51.901
Financiamento BNB (b)	IPCA + 1,46%	15/12/2038	121.914	108.766
			<u>175.035</u>	<u>160.667</u>

- (a) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,0196%. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e os índices financeiros foram auditados, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenants* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019,
- (b) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,7138%, com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.
- (c) O fluxo projetado de principal e juros serão: 2021 de R\$12.780, 2022 de R\$11.993, 2023 de R\$12.359, 2024 de R\$12.921, 2025 de R\$13.556 e 2026 a 2042 de R\$254.875.

Circulante	12.589	3.777
Não circulante	<u>162.446</u>	<u>156.890</u>
<b>Total</b>	<u>175.035</u>	<u>160.667</u>

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
2020		3.777
2021	12.512	2.334
2022	3.977	3.922
2023	4.312	4.297
2024	4.808	4.767
2025	5.367	5.295
2026 a 2042	<u>144.059</u>	<u>136.275</u>
	<b>175.035</b>	<b>160.667</b>



Movimentação dos financiamentos:

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Saldo inicial</b>	160.667	68.900
<b>Empréstimo BNB -</b>	13.082	110.891
<b>Emissão debêntures -</b>	635	112.000
<b>Custo de emissão das debêntures -</b>	(3.745)	(5.314)
<b>Amortização do custo de emissão</b>	3.840	2.653
<b>Juros provisionados</b>	555	10.231
<b>Atualização monetária do principal</b>	-	579
<b>Pagamento das debêntures</b>	-	(130.000)
<b>Pagamento de juros - debêntures</b>	-	(8.501)
<b>Pagamento de juros – BNB -</b>	-	(772)
	<hr/>	<hr/>
	<b>175.035</b>	<b>160.667</b>

### **13 Tributos e encargos sociais a recolher**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
PIS	145	5
COFINS	656	21
ICMS	43	-
ISS	20	3
INSS	23	20
IRRF	5	3
PIS/COFINS/CSLL	18	23
	<hr/>	<hr/>
	<b>910</b>	<b>76</b>

### **14 Impostos diferidos**

	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
<b>Diferido ativo</b>		
Prejuízo fiscais de imposto de renda	4.253	3.889
Bases negativas de contribuição social	1.531	1.400
	<hr/>	<hr/>
	<b>5.784</b>	<b>5.289</b>
<b>Diferido passivo</b>		
Imposto de renda diferido	21.368	13.035
Contribuição social diferida	7.692	4.693
PIS diferido	5.239	4.877
Cofins diferido	24.144	22.462
	<hr/>	<hr/>
	<b>58.443</b>	<b>45.066</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social diferida</b>	23.277	12.438
<b>PIS e Cofins diferido</b>	29.383	27.339
	<hr/>	<hr/>
<b>Circulante</b>		<b>2.569</b>
<b>Não circulante</b>	<b>52.660</b>	<b>37.208</b>

Os tributos são apresentados no balanço pelo líquido entre ativo e passivo diferido.

- (i) O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual apurada sobre o ativo financeiro contratual pela alíquota de 9,25%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	23.711	19.292
Alíquota nominal vigente - %	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social esperada	(8.062)	(6.559)
Diferenças permanentes	(2.777)	(232)
Imposto de renda e contribuição social -Diferida	<u>(10.839)</u>	<u>(5.478)</u>
	46%	28%

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são decorrentes das diferenças temporárias sobre as despesas pré-operacionais e poderão ser excluídas em quotas fixas e mensais e no prazo de 05 (cinco) anos, a partir do início das operações.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social apresentados no passivo sobre a receita de clientes – CPC 47 (IFRS 15), são reconhecidos sobre a margem de implementação de infraestrutura e remuneração do ativo contratual e, será realizado na proporção das operações, considerando as receitas e custos de operação como depreciação do ativo imobilizado da concessão deduzidos de imposto de renda e contribuição social.

## 15 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 28 de junho de 2019 aumento de capital de R\$70.000, mediante a emissão de 70.000 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada naquela data.

Em 14 de outubro de 2019 a Companhia efetuou pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 17.000.000, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em outubro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$65.070.000 (R\$65.000.000 em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1 cada.

A Companhia foi controlada pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora ou “Grupo Sterlite”) que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia. Em 13 de março de 2020 efetivou-se a alteração societária de controle do Grupo Sterlite para a V2i Transmissão de Energia S.A., com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro.

	31/12/2020			31/12/2019		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Sterlite Power Grid Ventures Limited	-	-	-	65.070.000	65.070	100%
V2I Energia S.A	65.070.000	65.070	100%	-	-	-
	<u>65.070.000</u>	<u>65.070</u>	<u>100%</u>	<u>65.070.000</u>	<u>65.070</u>	<u>100%</u>

### Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

### Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva de retenção de lucros	6.113	4.077
Reserva legal	<u>3.107</u>	<u>2.462</u>
	<u>9.220</u>	<u>6.539</u>

### Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. O saldo remanescente terá destinação deliberada em Assembleia Geral. Conforme ata de Assembleia Geral realizada em 24 de julho de 2020 houve aprovação da distribuição de dividendos intercalares aos acionistas no valor de R\$ 6.400.705,00.

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do exercício	12.872	13.813
(-) Reserva legal (5%)	644	691
Base para dividendos	12.228	13.123
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>6.114</b>	<b>3.281</b>

Em 24 de julho de 2020, foi deliberado em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos intermediários com base no balanço intermediário levantado em 30 de junho de 2020, no montante de R\$ 10.478, sendo R\$ 4.077 relativos à reserva de lucros e R\$ 6.401 relativo ao lucro líquido apurado no período de 01 de janeiro a 30 de junho de 2020.

## 16 Resultado por ação

	2020	2019
Lucro do exercício	12.872	13.813
Lucro por ação	<b>0,1978</b>	<b>0,2123</b>

## 17 Receita Operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de construção (a)	10.789	69.007
Remuneração do ativo de contrato	35.103	31.061
Receita de operação e manutenção	3.614	1.558
	<u>49.506</u>	<u>101.626</u>
PIS	(817)	(1.937)
COFINS	(3.762)	(8.932)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(262)	(216)
Despesa - TFSEE	(96)	-
	<u>(4.837)</u>	<u>(11.085)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b><u>44.569</u></b>	<b><u>90.541</u></b>

## 18 Custos dos bens construídos e serviço prestados

### 18.1 Custo de construção

	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros	-	9.225
Máquinas e equipamentos	537	15.543
Gastos ambientais	-	1.902
Servidão	-	277
Edificações	-	24.424
Outros	-	864
	<u>537</u>	<u>52.236</u>

### 18.2 Custo de operação e manutenção

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	12	336
Serviços de terceiros	2.609	1.209
Tributos	1.266	-
Operação e manutenção	197	7
Amortização de obrigação	(391)	-
	<u>3.693</u>	<u>1.551</u>
<b>Total custos dos bens construídos e serviços prestados</b>	<b><u>4.230</u></b>	<b><u>53.787</u></b>

## 19 Despesas operacionais

	31/12/2020	31/12/2019
Pessoal	-	1.462
Administradores	12	-
Materiais	349	372
Serviços de terceiros	1.263	1.237
Arrendamento e alugueis	-	337
Seguros	537	308
Tributos	106	107
Gastos Diversos	165	878
	<u>2.432</u>	<u>4.701</u>

## 20 Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
Juros e variações monetárias	(14.586)	(13.464)
Multas e acréscimos moratórios	(4)	-
Outras despesas financeiras	(33)	(281)
<b>Despesas financeiras</b>	<u><b>(14.622)</b></u>	<u><b>(13.745)</b></u>
Receita de aplicação financeira	289	972
Outras receitas financeiras	137	13
<b>Receitas financeiras</b>	<u><b>426</b></u>	<u><b>985</b></u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<u><b>(14.196)</b></u>	<u><b>(12.760)</b></u>

## 21 Seguros

A Companhia possui um contrato de seguro garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública.

As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços, é de até a importância segurada no montante de R\$8.193 com fim da última vigência em 8 de maio de 2022.

A Companhia possui ainda duas apólices emitidas pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais e Responsabilidade Civil, ambas com vigência até 06/05/2021.

## 22 Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2, em conformidade com a orientação do CPC 46 – Mensuração do valor justo, e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

## 23 Contingências

Em 31 de dezembro de 2020 a Arcoverde possuía 55 processos de contingência passiva na área Cível, distribuídos em 2018. O objeto são Ações de Constituição de Servidão e administração acredita que há prognóstico possível de perda, totalizando o valor de R\$491.261,97.

## 24 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

<b>Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado</b>	<b>Nível</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Títulos e valores mobiliários	2	3.133	2.909
Aplicações financeiras	2	14.856	3.899
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Caixa e equivalentes de caixa	2	932	1.338
Concessionárias e permissionárias	2	2.357	2.570
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>	<b>Nível</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Empréstimos e financiamentos	2	175.035	160.667
Fornecedores	2	554	265

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- **Nível 2** – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- **Nível 3** – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor

recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado.

## **25 Gestão de risco**

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

### **a. Riscos de taxa de juros**

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

### **b. Riscos cambiais**

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção.

### **c. Risco de liquidez**

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

## **26 Gestão do capital**

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

\* \* \*

**Diretoria Executiva**

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca  
Diretora Financeira

Vagner Alexandre Serrato  
Diretor de Operações

**Responsável técnico pelas informações  
contábeis**

Leandro Barbalho de Brito  
Contador CRC-RJ 092.334/O-9